

HABEAS CORPUS Nº 546.799 - SP (2019/0348152-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : SANDRA HELOISA MANCEBO HENRIQUE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIZ HENRIQUE MANCEBO DEPETRIS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE ATO CONCRETO QUE POSSA CAUSAR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, IMINENTE PERIGO OU RESTRIÇÃO À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. IMPOSSIBILIDADE DE INFERIR QUE O PACIENTE SOFRERÁ CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REMÉDIO HERÓICO: VIA PROCESSUAL DESTINADA A TUTELAR APENAS IMEDIATO CONSTRANGIMENTO ILEGAL AO DIREITO DE LIBERDADE. IMPROPRIEDADE ABSOLUTA DA IMPETRAÇÃO. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA LIMINARMENTE.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUIZ HENRIQUE MANCEBO DEPETRIS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o Juízo de origem decretou a prisão temporária do Paciente, em 14/08/2019, pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico (fls. 49-50). A prisão temporária foi convertida em preventiva no dia 13/09/2019 (fls. 85-87).

Neste *writ*, do que se pode depreender da petição inicial, não obstante a Impetrante, genitora do Paciente, afirmar que ele **já foi solto nos autos do HC n.º 543.653/SP** (decisão liminar de minha lavra proferida no dia 05/11/2019), afirma e requer, **genericamente, sem apontar ato coator específico:**

"Neste momento, gostaria de requerer um Mandato de Preservação de Direito, pois me sinto ameaçada por todas as ciladas que foram aqui relatadas, além de que no dia seguinte a soltura de meu filho, um carro parou em nossa porta (placa EYT 2193) e tirou várias fotos, sem autorização, fato este verificado por minha mãe e uma amiga que

Superior Tribunal de Justiça

estavam na casa no momento."

É o relatório.

Decido.

Não foi apontado ato concreto que possa causar, direta ou indiretamente, iminente perigo ou restrição à liberdade de locomoção no caso, o que inviabiliza, por si só, o manejo do remédio heróico.

É cediço que *"não cabe ação de habeas corpus contra o chamado, por alguns, 'ato de hipótese'. Portanto, não há constrangimento ilegal a ser evitado ou sanado pelo presente habeas corpus, o qual se mostra manifestamente incabível"* (HC n.º 82.319/SP, Quinta Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ 12/09/2007).

No mesmo sentido, *"o habeas corpus preventivo tem cabimento quando, de fato, houver ameaça à liberdade de locomoção, isto é, sempre que fundado for o receio de o paciente ser preso ilegalmente [e] tal receio haverá de resultar de **ameaça concreta de iminente prisão**"* (STJ, AgRg no HC 84.246/RS, Sexta Turma, Rel. Min. NILSON NAVES, DJ 19/12/2007; sem grifos no original).

Em suma: a ameaça de constrangimento ao *jus libertatis* a que se refere a garantia prevista no rol dos direitos fundamentais (art. 5º, LXVIII, da Constituição da República) há de se constituir **objetivamente**, de forma iminente e plausível, e **não hipoteticamente, como parece ser a hipótese dos autos**.

Ademais, a **Parte Impetrante não juntou aos autos a cópia do acórdão impugnado**. Como se sabe, **competete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o habeas corpus (ou seu respectivo recurso)**.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora